
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às 14h16min iniciou-se a última Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação do ano corrente. Estavam presentes no momento de abertura da Sessão, os conselheiros Cláudia Carneiro Farias, Renato Freixela de Oliveira, Carlos Henrique David, Mônica Vieira Freitas, Sandra Cristina M. Bortolotti, Márcia Rodrigues Ferreira Alves, Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, Maria de Fátima Fávero Burger de Mendonça, Maria Celi Chaves Vasconcelos, Renata Martins Varricchio, Naara Pereira da Silva Castro, Wesley Diniz Furtado, Leonardo Paiva Campos, e Noelma Simões da Costa.

1

Compareceram ainda os cidadãos Teresa Freitas, Joselene Ferreira Peres de Freitas, Elizabete Reuther e Jaqueline Marques Corrêa.

Não houve qualquer justificativa de ausência de conselheiros precedente à abertura da reunião.

O vice-presidente iniciou a reunião conversando com os demais conselheiros a respeito da necessidade de haver um local próprio para as atividades do Conselho, uma vez que as condições oferecidas no atual espaço tem dificultado o desenrolar de um importante trabalho de controle social originário de qualquer conselho com perfil consultivo e deliberativo, já que não é a primeira vez que é preciso atrasar as reuniões devido à sala estar sendo utilizada para outros fins. Assim, sugeriu uma sala no CIEP municipalizado Maestro Guerra Peixe, no Cascatinha, pois segundo ele, haveria lá salas ociosas.

A conselheira Mônica solicitou que o Conselho oficialmente se manifestasse perante o prefeito, esclarecendo as dificuldades encontradas. Declarou-se colaborativa no intuito de endossar tal pedido junto a ele e também em encontrar um local que pudesse oferecer as condições mínimas de organização, lembrando apenas que precisaria de um tempo após o período de renovação e novas matrículas para verificar uma escola onde fosse possível redimensionar o trabalho do Conselho.

Assim, depois de verificado o quórum, foi aprovada por unanimidade, a Ata da Reunião do mês de novembro.

Chegaram os conselheiros Maria de Fátima Lavrador de Castro e Francisco Afonso Eccard.

Deu-se início a leitura do Parecer da Procuradoria Geral do município a respeito da legitimidade da conselheira Renata em representar os docentes, do qual se transcreve a conclusão:

...“Desta forma, o resultado do procedimento eleitoral entabulado deve ser respeitado, eis que corresponde à expressão da vontade dos membros do conselho, a qual não encontra óbice na legislação de regência, de forma que o fato de a representante dos professores RENATA MARTINS VARRICCHIO ser

detentora de cargo em comissão não deve ser tomado como impedimento a sua eleição e livre atuação no conselho, salvo se houver determinação legal ou regulamentar em sentido diverso, o que não é o caso.”

O conselheiro Ricardo chegou.

Renato Freixela retomou o assunto que desencadeou o Ofício à Procuradoria e lembrou que todos os conselheiros devem ter em mente que o COMED não deve ser palco de assuntos exclusivos de cada entidade representada, mas deve ter um olhar neutro, sem outros interesses; em prol da melhoria da Educação Petropolitana.

2

Ricardo justificou e pediu desculpas pelo seu atraso.

A presidente informou que no mês de janeiro as atividades do Conselho serão paralisadas porque os funcionários e órgãos da Administração Direta e Indireta estarão em recesso, possibilitando que cada membro possa cuidar de seus próprios interesses, sendo certo o retorno em onze de fevereiro.

Os conselheiros Angela e Cláudio chegaram.

Prosseguindo com a pauta, foi discutido o calendário do COMED 2014, onde Maria Celi dispôs que as pessoas se preparariam para desempenhar as atividades do conselho num determinado dia do mês, assim seria conveniente que as Câmaras se reunissem no mesmo dia da Sessão Plenária em horário anterior a esta, isto é, de 14h às 15h, enquanto o horário da Sessão seria procrastinado para às 15h.

A conselheira doutora Márcia Alves, reforçou que está demasiadamente preocupada com a inércia das Câmaras, pois os membros não têm assumido o compromisso e nas últimas cinco reuniões, compareceu sozinha com a senhora Noelma, não havendo quórum.

Presidindo a Sessão Plenária, a doutora professora Maria Celi Chaves Vasconcelos deu continuidade à pauta, onde a conselheira e Secretária de Educação Mônica, apresentou o Plano Estratégico da Educação Infantil, com seus avanços estabelecidos no 1º ano de gestão, cientificando o COMED assim como o Ministério Público. Demonstrou o caráter diferenciado, principalmente objetivando o 1º Semestre, sem limitação de número de vagas remanescentes. Lembrou que ao iniciar a sua gestão, encontrou espaços de Educação Infantil subutilizados, encaminhamentos feitos de forma direta e denúncias do Ministério Público de todas as naturezas. Ainda explicou que a realidade estava divergindo do Censo Escolar por encontrar espaços ociosos, mal ocupados ou falta de funcionários. Considerou que depois do trabalho da Inspeção Escolar, identificou 705 vagas para crianças de zero a cinco anos totalmente ociosas, podendo atender às comunidades.

A conselheira Gilda Beatriz chegou.

Dando continuidade à sua fala, a conselheira Mônica lembrou que os Centros de Educação Infantil dependiam da contratação de profissionais e à medida que foram sendo chamados os concursados, as 705 crianças foram absorvidas. O conveniamento com a instituição Recriar, o CEI Olívia Machado Nogueira, (onde não havia equipamentos, pessoal e crianças) e mais o CEI Célia Lobo Paulo, ambos inaugurados, mas sem infraestrutura e adequação, foram os primeiros a minimizar a demanda reprimida. Enquanto isso, houve a

contrapartida da adequação do imóvel para o Centro de Educação Infantil Professora Patrícia, homenagem merecida à sua cunhada, por quem sempre teve um carinho especial. O CEI Professora Dora Killer, com a disposição de mobiliário e estrutura física com data prevista para inaugurar em janeiro de 2014, CEI Déa Lúcia Cordeiro (podendo compor ainda uma ampliação) e as demais iniciativas para o 1º Semestre de 2014, como a Escola Municipal Maria Campos que deverá ter as obras concluídas em março para atender a 120 crianças, o CEI Carolina Amorim com ampliação para mais 100 crianças, o CEI Casa da Paz em reconstrução para mais 100 alunos; os investimentos para março de 2014, como o CEI Angela Maria da Conceição Silva, (ampliação de duas salas para atender mais 50 crianças) a Escola Municipal José Gonçalves da Motta que está abandonada, isto é, desativada e será transformada em um Centro de Educação Infantil para atender 120 crianças, totalizaram 1845 novas vagas. Isso tudo sem contar com as adaptações advindas das obras em janeiro, que buscarão fazer as adequações próprias da faixa etária: Escola Municipal Oswaldo Cruz para 130 alunos, a Escola Municipal Irineu Marinho para 150 alunos, a Escola Paulo Freire com 120 alunos e AEE com 80 alunos, demonstrarão todo o empenho do governo municipal para atender a esta clientela. Finalizou contemporizando que foi difícil o combate comunitário, a rejeição, mas tomando por base o exemplo da Escola Hermínia Matheus, onde o pátio de terra era o principal motivo da comunidade rejeitar o espaço da escola, além dos banheiros, que serão reformados com a quadra poliesportiva bancada pelo Secretário de Esportes, aqui presente, gostaria muito de retomar em fevereiro também o assunto da Educação Inclusiva, pois há projetos para obras que tornem os espaços acessíveis, como o Centro de Referência com oficinas no contra-turno e mais a AEE. Assim pediu que se incluísse na pauta da próxima reunião melhores explicações desse importante projeto municipal com atendimento aos pais e familiares das pessoas portadoras de necessidades especiais. Explicou que estaria em tramitação a desapropriação de terrenos nos bairros Castrioto – 120 alunos, Alto Independência – 120 alunos, Duques – 80 alunos, Araras (Santa Luzia) – 120 alunos, além do Programa de Aceleração 2 e Pro Infância (recursos federais) em Secretário – 141 alunos, Quitandinha – 237 alunos, Retiro – 255 alunos e Jardim Salvador – 120 alunos.

A conselheira Rosimar chegou.

Mônica declarou que há intenções na ampliação dos prédios das unidades CEI Santa Edwiges, CEI Irmã Dulce, CEI Vila São José, CEI Chiquinha Rolla, CEI Carangola e CEI Célia Lobo Paulo para 2014 e percebeu que as possibilidades são reais para o próximo ano, principalmente por que será um ano eleitoral, acreditando firmemente que até os projetos federais serão possíveis, muito embora o desafio continue sendo a grande demanda reprimida na Educação Infantil.

Maria Celi em nome do Conselho, parabenizou a Secretaria de Educação por duas razões: a abertura e ampliação de vagas, investimento da gestão, que tem como Secretária uma professora; e a segunda, a Secretária ter vindo ao COMED para trazer estes resultados.

Maria de Fátima de Mendonça perguntou sobre os professores.

Mônica informou que foi feito o levantamento do pessoal com a chamada dos concursados, mas há proposta de novo concurso contemplando novos cargos, inclusive cuidadores para os alunos com necessidades especiais.

O conselheiro Francisco declarou que falta muito ainda para sanar as dificuldades da Educação Infantil, mas agradeceu e parabenizou a Secretária por todas as iniciativas.

Ricardo afirmou que desde o ano passado vem acompanhando as estatísticas da Educação.

Mônica considerou que a Secretaria de Saúde possui dados complementares e uniu informações da rede privada e pública e as demandas regionalizadas por bairros com o impacto gerado inclusive no setor da saúde e tem à sua disposição a projeção para 2014/2015 e 2016, que apresentará na reunião de fevereiro, mas já sabe que os nascimentos caíram muito.

Ricardo entendeu que se as vagas para o Ensino Fundamental estão estacionadas, amanhã essas crianças que hoje estariam na Educação Infantil serão do Ensino Fundamental.

Mônica esclareceu que mil alunos a menos decorrem da conscientização da necessidade do controle de natalidade. Atualmente os esforços têm se concentrado na Educação Infantil e na busca por espaços e vagas porque não havia um fluxo normal para atendimento às crianças desta faixa de idade.

O conselheiro Ricardo questionou qual o percentual do impacto.

Mônica afirmou que ainda não tem os percentuais atualizados.

Jelcy informou que há informações de 35% de aumento de matrículas no Ensino Médio de 1995 até 1999 e que a diminuição começou a partir de 2001, voltando a crescer em 2005. A partir do ano 2007 não foi mais estudada a curva de crescimento da população estudantil. O Colégio Estadual Dom Pedro é uma referência, pois já teve 4.000 alunos e hoje tem somente 2.600.

Mônica declarou que o papel da evasão nestas estatísticas deve ser significativo, assim, solicitou às suas Subsecretárias, Rosilene e Maria de Fátima de Castro que preparem a curva desse processo para apresentar na reunião de fevereiro.

Maria Celi lembrou que a Emenda Constitucional nº 59, prevê a obrigatoriedade da oferta de matrículas dos quatro aos dezessete anos até o ano 2016, possibilitando o planejamento e adaptação dos entes governamentais, inclusive para o EJA.

Jelcy informou que no Estado há a comunicação da infrequência dos alunos com a comunicação à Diretoria para que sejam investigadas as razões da falta de assiduidade e saída de seus alunos.

Mônica entendeu que é preciso evitar a saída, o abandono, onde só aparece a necessidade da escolaridade aos 30 ou 40 anos. O PROJOVEM ainda possui vagas e o governo federal está prorrogando as inscrições no intuito de aumentar a adesão.

Angela lembrou que a prevenção é o melhor e mais fácil caminho.

Maria de Fátima esclareceu que a Educação sozinha não faz milagres e que os avanços sociais devem ser conquistados com parcerias com outros setores.

Angela debateu na Conferência Intermunicipal e na Estadual o tema inclusão e percebeu que Petrópolis está muito bem nessa área e gostaria de aprofundar suas informações para levar à etapa Nacional em Brasília as vivências da cidade neste assunto.

Mônica disse já ter sido apresentado em outros Conselhos, os projetos para a Educação Especial.

A cidadã Jaqueline, assistente social da COMAC, quis retirar a dúvida quanto ao Plano da LOA, porque Petrópolis foi cadastrada em 2011 ao BPC, porém, segundo ela, ainda nada foi trabalhado. Quais seriam as razões disso?

Mônica informou que o município aderiu, mas não implantou. Então a SETRAC estaria fazendo os ajustamentos necessários.

Naara percebeu gratificada que está sendo garantido às crianças, o acesso à Educação Infantil e em sua escola não há evasão, ao contrário, há uma necessidade progressiva das crianças permanecerem na escola em horário integral.

Mônica concluiu que estamos distantes do ideal, mas podemos melhorar o trabalho do Projeto Mais Educação - sem trabalho voluntariado, desenhando de forma diversa da atual.

Maria de Fátima Castro falou que é uma questão pontual a situação apresentada por Naara, porque a escola dela perdeu recursos de trabalho do FNDE, no Programa Mais Educação.

Naara retomou e esclareceu que realmente em 2012 a escola em que trabalha perdeu os repasses, mas agora já retornaram ao Programa.

Jelcy colaborou com a questão, declarando que o que é proposto pelo Mais Educação, não é voluntariado, mas subemprego.

Rosimar não concordou que haja voluntariado desta forma na Educação, porque qualquer um e qualquer coisa podem ser oferecidos e apresentados, desde que haja habilitação, e questionou se a Secretaria de Educação, ainda que em longo prazo, tem projetos para implementação do horário integral em algumas escolas da rede? Além disso, questionou se houve mudança no Calendário 2014.

Maria de Fátima Castro informou que houve mudanças sim, para adequar à necessidade peculiar do ano que virá.

Mônica disse que a principal delas é que como de costume, férias. Frisou que serão pagas aos funcionários em janeiro, mas só gozadas em julho.

Rosimar perguntou se isso foi fruto de acordo; e entendeu ser lamentável, incorreta e diferente da realidade, a produção de um memorando de férias, baseado no mês de janeiro e assinado também em janeiro, quando na verdade, o funcionário só poderá ter o seu período de descanso em julho.

A presidente agradeceu a presença da Secretária de Educação e mais uma vez, dos esclarecimentos.

Mônica declarou que gosta mais de visitar as escolas, do trabalho pedagógico, mas que tem sido muito produtivo o trabalho administrativo e as discussões em via de mão dupla, inclusive a questão do Centro de Referência em Educação Inclusiva.

Rosimar agradeceu à Secretária pelo trabalho com seriedade e compromisso, inclusive com o empenho de considerar as ações do Sindicato.

Mônica avaliou que qualquer discussão tem uma repercussão bacana.

A conselheira Naara expressou em meio às discussões, a situação que a deixou angustiada, no sentido de que um problema técnico fosse colocado em detrimento de um trabalho de anos que vinha sendo desenvolvido na escola. Ainda colocou sua insatisfação de que a competência da diretora da escola fosse avaliada em função da questão apresentada pela Subsecretária Maria de Fátima Castro, que se referia à verba do Programa Mais Educação de 2012 para utilização em 2013. Argumentou em defesa do trabalho desenvolvido na escola, pontuando que o problema fora a falta de preenchimento de um documento online, que a escola não tomou conhecimento a tempo, motivo da perda temporária dos recursos do programa citado.

Maria de Fátima de Castro considerou que a Secretaria de Educação precisa ter o pé no chão e suas orientações se primam pelo uso adequado dos recursos e a manutenção destes.

Jelcy intermediou o assunto, informando que constaria da Ata, a discussão e solicitou que a conselheira Naara pedisse à escola que relatasse os motivos de tal desgaste para apresentá-los na próxima reunião.

Maria Celi passou a palavra à conselheira Márcia Alves para que o parecer elaborado fosse esclarecido à Plenária, uma vez que faltou a presença dos integrantes da Câmara de Educação Básica, tanto nas visitas às instituições, quanto na redação do mesmo.

Márcia Alves apresentou os dados e processos referentes aos pedidos de autorização de funcionamento de instituições públicas e privadas de Educação Infantil e informou que ela e a conselheira Sandra não se sentiram à vontade em redigir o parecer porque representam o Poder Executivo, a Secretaria de Educação, e assim, sem a presença das conselheiras Rosimar, Janaína, Maria de Fátima de Mendonça e os outros, poderia parecer tendencioso. Elas gostariam que o parecer tivesse uma observação isenta dos procedimentos próprios da Secretaria, inclusive por que o objetivo do Conselho ao elaborar a Deliberação era compartilhar com os seus membros que representam a

diversidade de setores e atores sociais envolvidos na Educação, as atribuições e efetivar uma “instância recursal”.

A presidente informou que cada instituição deve ter seu próprio parecer, sendo individualizado e não da forma em que foi feito – um único parecer abrangendo três instituições, porque cada parecer representa a certidão de nascimento de cada estabelecimento; seria o registro normativo que acompanharia a instituição até a sua extinção.

7

Ricardo sugeriu que o parecer fosse lido em voz alta para que os conselheiros presentes pudessem ajudar no desdobramento em três pareceres.

Desta forma, Márcia leu e explicou o parecer e as características de cada unidade.

Maria Celi declarou que tecnicamente o parecer estaria perfeito, porém **ad referendum**, que se caracterizar as especificidades, dividindo-os e ainda solicitou que os pareceres favoráveis da Inspeção Escolar do Município sejam instruídos com Histórico, Mérito e Voto.

Márcia encaminhou o parecer da Inspeção Escolar, mas não houve pessoas para fazê-los.

Maria Celi então lembrou que é preciso uma preocupação com a correção técnica, a qual é de extrema importância, assim asseverou que a aprovação será **ad referendum**, mas acreditou que o parecer deva retornar para ser desmembrado nos três e prosseguir de forma completa.

Jelcy sinalizou que o prazo de 180 dias, previsto na Deliberação nº 001/12, já teria sido vencido.

O conselheiro Márcio se apresentou.

O conselheiro Ricardo concluiu que as instituições procuraram estar corretas, mas o time do COMED não correspondeu com os prazos que ele próprio estabeleceu. Não é questão de confiança, mas preservação do distanciamento entre o Conselho e a Secretaria, principalmente no que diz respeito à satisfação à Sociedade e o devido controle social.

A presidente enfatizou que não se pode perder de vista a principal atuação do COMED e a sua posição regimental e ideológica, assim como o paralelo com o papel da Inspeção Escolar, que só instrui não autoriza.

A conselheira Márcia concordou, porém citou que há necessidade de reestruturação das Câmaras.

Em votação, foi unânime que a Câmara coordenada por Márcia será acrescida da relatoria do vice-presidente Jelcy, a qual trará a ciência aos demais conselheiros do conteúdo dos pareceres de autorização.

Márcia idealizou que se tornaria mais produtivo o trabalho das Câmaras, a delegação de tarefas com o parecer já pronto e que só os assuntos polêmicos fossem discutidos.

Maria de Fátima de Mendonça informou que não haveria condição de vir dois dias para trabalhar pelo Conselho, a menos que o tempo extra para desempenho destas funções, fosse pago através de GTOM.

A presidente sugeriu que ao invés da disponibilização de mais um dia por semana ou quinzenalmente para trabalho das Câmaras, fosse reorganizado o horário das Câmaras no mesmo dia das Sessões Plenárias, apenas um pouco antes, isto é, entre 14h e 15h em salas diferentes e de 15h às 17h30min a Reunião Ordinária.

Ricardo lembrou que é preciso saber até que horas um conselheiro pode assinar o livro de presenças, porque há pessoas se atrasando em demasia e outros que assinaram e foram embora.

Maria Celi pediu que não fossem polemizados estes assuntos e que cada conselheiro deveria assinar o livro na Mesa Diretora ao chegar e até trinta minutos da abertura da Sessão.

Maria de Fátima de Mendonça perguntou sobre as faltas dos conselheiros, e se estes serão cortados como prevê o Regimento.

Maria Celi informou que concentrará energias na busca de um espaço e pediu crédito para caminhar, porque autoridade não se dá pela geografia; solicitou à conselheira Maria de Fátima de Castro, defensora perpétua da aquisição de um espaço, que providenciasse as condições necessárias e a Débora, que preparasse a relação dos conselheiros que são chamados e não comparecem para serem desvinculados ao Conselho.

A conselheira Maria de Fátima de Mendonça pediu à Débora que cortasse mesmo o nome dos ausentes.

O conselheiro Wesley lembrou que é importante maior rigor não só com o horário, mas também com a permanência durante toda a reunião.

A conselheira Noelma disse que não faltou a nenhuma reunião, mas justificou sua ausência ao encontro das Câmaras, uma vez que nem a própria coordenadora se apresentou, o que considerou uma tremenda falta de respeito. Considerou ainda que o que vale é a qualidade e não a quantidade de encontros. Aceita qualquer desafio, mas não vê progresso na Educação com as discussões que têm sido feitas no COMED e muito menos a irresponsabilidade e manifestou seu voto de desagrado ao que tem se prestado o atual Conselho.

A presidente se desculpou por todos os membros, mas lembrou que é preciso compreender que às vezes há problemas por acomodação das agendas profissionais.

Noelma então sugeriu que a presidente e o vice-presidente chamassem de forma individualizada os membros faltosos.

O conselheiro Carlos Henrique esclareceu que há pontos a serem considerados como o direito ao voto pertencer ao titular se chegou até a abertura da Sessão e a assinatura, até trinta minutos após, o segundo aspecto seria o pedido de substituição do membro após três ausências, e o terceiro, seria considerar que os representantes do Poder Executivo, se assinaram devem ser considerados presentes mesmo que tenham saído para resolver algum assunto urgentíssimo.

A presidente concordou com os dois primeiros pontos alavancados por Carlos Henrique, mas discordou do terceiro porque entendeu que todas as representações são iguais, portanto, qualquer conselheiro deve ter tratamento isonômico, seja representante da Secretaria de Educação, Poder Executivo ou não.

Ricardo sugeriu que a lista sinalize os horários.

Débora explicou que como os atrasos têm sido muito frequentes e por muitos membros, e como precisa registrar sozinha as falas para produzir as Atas, fica difícil recolher ao mesmo tempo, as assinaturas, mas tem registrado nas próprias Atas os horários de chegada dos conselheiros.

Maria Celi lembrou que a abertura da Sessão se dá pelo quórum de titulares e não de suplentes.

Maria de Fátima de Mendonça colocou que todos levam em consideração tal fato.

Em continuidade à pauta, a conselheira Angela justificou sua última ausência e como a conselheira Maria Isabel não tem aparecido, segundo Angela, não foi feito o relatório da Câmara quanto ao encaminhamento do Projeto da Juventude.

A conselheira Naara pediu que houvesse maior cuidado com as falas, para não desqualificar as pessoas, inclusive porque quando foi feita a divisão entre as Câmaras, as pessoas já sabiam de seus compromissos profissionais.

Maria Celi reforçou que este assunto já teria sido superado e que os esclarecimentos feitos em Sessão Plenária não necessitariam de esclarecimentos por escrito.

Iniciou-se a apresentação em **Power Point** da conselheira Maria de Fátima de Castro sobre o Plano e Acompanhamento de trabalho da Subsecretaria de Ensino Fundamental do município.

A conselheira Rosimar questionou em qual Diário Oficial estariam sendo publicados os extratos de termos dos Convênios e solicitou formalmente a apresentação na íntegra de cada um deles na reunião de fevereiro.

Maria de Fátima de Castro informou que poderia remeter ao Conselho posteriormente.

Maria Celi pediu que Débora reencaminhasse por e-mail os documentos que Maria de Fátima entregasse em janeiro.

Débora lembrou a presidente, que como ela própria esclareceu no início da reunião, o Conselho estaria em Recesso e ela, no período de férias.

Maria de Fátima Castro então perguntou se poderia disponibilizar mesmo os documentos na reunião de fevereiro.

Jelcy lembrou que a certidão de inteiro teor dos processos é informada pela certidão do extrato de termos, publicada no Diário Oficial do município.

Rosimar reforçou que queria o inteiro teor com a apresentação formal do conteúdo de cada convênio, e não o número dos processos.

A conselheira Naara levou ao conhecimento da Plenária que é importante o destaque de Rosimar, principalmente no tocante à eleição de Diretores das escolas com convênio, que lhes conferiria tratamento diferenciado.

Maria Celi questionou aos membros da Secretaria de Educação quais são os argumentos jurídicos que embasam a exclusão destes diretores nas eleições e os membros presentes opinaram pela apresentação dos convênios na reunião de fevereiro.

Rosimar lembrou que a Comissão que tem se reunido com o prefeito para a discussão de mudanças no PCCS não aconteceu neste mês devido ao falecimento de membro do gabinete.

Ricardo esclareceu que gostaria de um espaço para informar com exatidão a reportagem publicada nos jornais no último fim de semana a respeito da quadrilha que fraudaria o vestibular de Medicina. Acrescentou que a instituição não foi procurada pelo jornal, mas rapidamente se inteirou dos fatos e registrou que devido à complexidade do processo de seleção dos alunos, a faculdade terceirizou o serviço do Vestibular justamente para inibir possíveis fraudes. Assim, haveria o emprego de detector de metais nos acessos aos locais de provas desde 2011 e outras medidas para garantir a fidedignidade do processo. A direção da faculdade estaria colaborando com a Polícia Federal para controlar as ações criminosas e coibir totalmente tais práticas.

Maria de Fátima de Mendonça declarou que o COMCIDADE não tem feito nenhuma convocação.

Rosimar também informou que o Conselho do Fundeb não registra e também não a tem convocado.

Maria Celi convidou os presentes para participarem no dia 11/12 da Audiência Pública na ALERJ, a qual discutirá o teor das denúncias da equipe de Inspeção Escolar da Secretaria Estadual de Educação e na próxima quarta-feira, as Metas do Plano Estadual de Educação na Sala das Comissões às 10h.

Finalizando a pauta e a Sessão, a presidente agradeceu por este primeiro meio ano e desejou feliz natal e que os sonhos mais difíceis sejam realizados, inclusive a sede própria do COMED no ano 2014.

Nada mais a relatar, eu, Débora Battisti de Abreu, encerro a presente Ata.

Petrópolis, 10 de dezembro de 2013.

Secretaria Executiva do COMED

